

fessor Emilio Taddei foi igualmente essencial para a edição dos textos deste livro.

As traduções foram realizadas pelos professores Luis Fernandes e Emir Sader.

*Emir Sader*  
março de 1995

I

## *BALANÇO DO NEOLIBERALISMO*

*Perry Anderson*

Começamos com as origens do que se pode definir do neoliberalismo como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão” — uma servidão moderna”.

Três anos depois, em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na

seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Ai se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. As condições para este trabalho não eram de todo favoráveis, uma vez que o capitalismo avançado estava entrando numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60. Por esta razão, não pareciam muito verossímeis os avisos neoliberais dos perigos que representavam qualquer regulação do mercado por parte do Estado. A polêmica contra a regulação social, no entanto, tem uma repercussão um pouco maior. Hayek e seus companheiros argumentavam que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo — na realidade imprescindível em si —, pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Esta mensagem permaneceu na teoria por mais ou menos 20 anos.

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que

não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos.

A hegemonia deste programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, os anos 70, quando a maioria dos governos da OCDE – Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento – tratava de aplicar remédios keynesianos às crises econômicas. Mas, ao final da década, em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra

fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar

disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política.

No continente europeu, os governos de direita deste período – amiúde com fundo católico – praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou enfrentamentos deliberados com os sindicatos. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande. E, enquanto a maioria dos países no norte da Europa elegia governos de direita empenhados em várias versões do neoliberalismo, no sul do continente – território de De Gaulle, Franco, Salazar, Fanfani, Papadopoulos, etc. –, previamente uma região muito mais conservadora politicamente, chegavam ao poder, pela primeira vez, governos de esquerda, chamados de euro-socialistas: Mitterrand, na França; González, na Espanha; Soares, em Portugal; Craxi, na Itália; Papandreou, na Grécia. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares, contrastando com a linha reacionária dos governos de Reagan, Thatcher, Kohl e outros do norte da Europa. Não há dúvida, com efeito, de que pelo menos Mitterrand e Papandreou, na França e na Grécia, genuinamente se esforçaram para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e de proteção social. Foi uma tentativa de criar um equivalente no sul da Europa do que havia sido a social-democracia do pós-guerra no norte do continente em seus anos de ouro. Mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego. No final da década, o nível de desemprego na França socialista era mais alto do que na Inglaterra

ra conservadora, como Thatcher se gabava amiúde de assinalar. Na Espanha, o governo de González jamais tratou de realizar uma política keynesiana ou redistributiva. Ao contrário, desde o início o regime do partido no poder se mostrou firmemente monetarista em sua política econômica: grande amigo do capital financeiro, favorável ao princípio de privatização e sereno quando o desemprego na Espanha rapidamente alcançou o recorde europeu de 20% da população ativa.

Enquanto isso, no outro lado do mundo, [na Austrália e na Nova Zelândia, o mesmo padrão assumiu proporções verdadeiramente dramáticas.] Sucessivos governos trabalhistas ultrapassaram os conservadores locais de direita com programas de neoliberalismo radical – na Nova Zelândia, provavelmente o exemplo mais extremo de todo o mundo capitalista avançado, desmontando o Estado de bem-estar muito mais completa e ferozmente do que Thatcher na Inglaterra.

O que demonstravam estas experiências era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social-democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais. Nem todas as social-democracias, bem entendido. Ao final dos anos 80, a Suécia e a Áustria ainda resistiam à onda neoliberal da Europa. E, fora do continente europeu, o Japão também continuava isento de qualquer pressão ou tentação neoliberal. Mas, nos demais países da OCDE, as idéias da Sociedade de Mont Pèlerin haviam triunfado plenamente. Poder-se-ia perguntar qual a avaliação efetiva da hegemonia neoliberal no mundo capitalista avançado, pelo menos durante os anos 80. Cumpru suas promessas ou não? Vejamos o panorama de conjunto. A prioridade mais imediata do neoliberalismo era deter a grande inflação dos anos 70. Nesse aspecto, seu êxito foi inegá-

vel. No conjunto dos países da OCDE, a taxa de inflação caiu de 8,8% para 5,2%, entre os anos 70 e 80, e a tendência de queda continua nos anos 90. A deflação, por sua vez, deveria ser a condição para a recuperação dos lucros. Também nesse sentido o neoliberalismo obteve êxitos reais. Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 4,7%. Essa recuperação foi ainda mais impressionante na Europa Ocidental como um todo, de 5.4 pontos negativos para 5.3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressado na queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção dos salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto de um terceiro êxito do neoliberalismo, ou seja, o crescimento das taxas de desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Também este foi um resultado satisfatório. Finalmente, o grau de desigualdade – outro objetivo sumamente importante para o neoliberalismo – aumentou significativamente no conjunto dos países da OCDE: a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média nos anos 80, e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários.]

Então, em todos estes itens, deflação, lucros, empregos e salários, podemos dizer que o programa neoliberal se mostrou realista e obteve êxito. Mas, no final das contas, todas estas medidas haviam sido concebidas como meios para alcançar um fim histórico, ou seja, a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70. Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE. Dos ritmos apresentados durante o longo auge, nos anos 50 e 60, restam somente uma lembrança distante.

Qual seria a razão deste resultado paradoxal? Sem nenhuma dúvida, o fato de que – apesar de todas as novas condições

institucionais criadas em favor do capital – a taxa de acumulação, ou seja, da efetiva inversão em um parque de equipamentos produtivos, não apenas não cresceu durante os anos 80, como caiu em relação a seus níveis – já médios – dos anos 70. No conjunto dos países de capitalismo avançado, as cifras são de um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos 70, e nada mais do que 2,9% nos anos 80. Uma curva absolutamente descendente.

Cabe perguntar por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação dos investimentos. Essencialmente, pode-se dizer, porque a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. Durante os anos 80 aconteceu uma verdadeira explosão dos mercados de câmbio internacionais, cujas transações, puramente monetárias, acabaram por diminuir o comércio mundial de mercadorias reais. O peso de operações puramente parasitárias teve um incremento vertiginoso nestes anos. Por outro lado – e este foi, digamos, o fracasso do neoliberalismo –, o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito, apesar de todas as medidas tomadas para conter os gastos sociais. Embora o crescimento da proporção do produto bruto nacional consumida pelo Estado tenha sido notavelmente desacelerado, a proporção absoluta não caiu, mas aumentou, de mais ou menos 46% para 48% do PNB médio dos países da OCDE durante os anos 80. Duas razões básicas explicam este paradoxo: o aumento dos gastos sociais com o desemprego, que custaram bilhões ao Estado, e o aumento demográfico dos aposentados na população, que levou o Estado a gastar outros bilhões em pensões.

Por fim, ironicamente, quando o capitalismo avançado entrou de novo numa profunda recessão, em 1991, a dívida pública de quase todos os países ocidentais começou a reassumir dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, enquanto que o endividamento privado das famílias e das empresas chegava a níveis sem precedentes desde a II Guerra Mundial. Atualmente, com a recessão dos primeiros anos da década de 90, todos os índices econômicos tornaram-se muito sombrios nos países da OCDE, onde, presentemente, há cerca de 38 milhões de

desempregados, aproximadamente duas vezes a população total da Escandinávia. Nestas condições de crise muito aguda, pela lógica, era de se esperar uma forte reação contra o neoliberalismo nos anos 90. Isso aconteceu? Ao contrário, por estranho que pareça, o neoliberalismo ganhou um segundo alento, pelo menos em sua terra natal, a Europa. Não somente o thatcherismo sobreviveu à própria Thatcher, com a vitória de Major nas eleições de 1992 na Inglaterra. Na Suécia, a social-democracia, que havia resistido ao avanço neoliberal nos anos 80, foi derrotada por uma frente unida de direita em 1991. O socialismo francês saiu bastante desgastado das eleições de 1993. Na Itália, Berlusconi – uma espécie de Reagan italiano – chegou ao poder à frente de uma coalizão na qual um dos integrantes era um partido oficialmente facista até recentemente. Na Alemanha, o governo de Kohl provavelmente continuará no poder. Na Espanha, a direita está às portas do poder.

Mas, para além desses êxitos eleitorais, o projeto neoliberal continua a demonstrar uma vitalidade impressionante. Seu dinamismo não está ainda esgotado, como se pode ver na nova onda de privatizações em países até recentemente bastante resistentes a elas, como Alemanha, Áustria e Itália. A hegemonia neoliberal se expressa igualmente no comportamento de partidos e governos que formalmente se definem como seus opositores. A primeira prioridade do presidente Clinton, nos Estados Unidos, foi reduzir o déficit orçamentário, e a segunda foi adotar uma legislação draconiana e regressiva contra a delinquência, lema principal também da nova liderança trabalhista na Inglaterra. O cenário político segue sendo ditado pelos parâmetros do neoliberalismo, mesmo quando seu momento de atuação econômica parece amplamente estéril ou desastroso. Como explicar esse segundo alento no mundo capitalista avançado? Uma de suas razões fundamentais foi claramente a vitória do neoliberalismo em outra área do mundo, ou seja, a queda do comunismo na Europa oriental e na União Soviética, de 89 a 91, exatamente no momento em que os limites do neoliberalismo no próprio Ocidente tornavam-se cada vez mais óbvios. Pois a vitória do Ocidente na guerra fria, com o colapso de seu adversário comunista, não foi o triunfo de qualquer capitalismo, mas o do tipo específico liderado e simboli-

zado por Reagan e Thatcher nos anos 80. Os novos arquitetos das economias pós-comunistas no Leste, gente como Balcerovicz na Polônia, Gaidar na Rússia, Klaus, na República Tcheca, eram e são seguidores convictos de Hayek e Friedman, com um menosprezo total pelo keynesianismo e pelo Estado de bem-estar, pela economia mista e, em geral, por todo o modelo dominante do capitalismo ocidental do período pós-guerra. Estas lideranças políticas preconizam e realizam privatizações muito mais amplas e rápidas do que haviam sido feitas no Ocidente. Para sanear suas economias, aceitam quedas de produção infinitamente mais drásticas do que haviam sido aceitas no Ocidente. E promovem graus de desigualdade – sobretudo de empobrecimento da maior parte da população – muito mais brutais do que tínhamos visto nos países do Ocidente.

Não há neoliberais mais intransigentes no mundo do que os “reformadores” do Leste. Dois anos atrás, Vaclav Klaus, primeiro-ministro da República Tcheca, atacou publicamente o presidente do Federal Reserve Bank dos Estados Unidos no governo Reagan, Allan Greenspan, acusando-o de demonstrar debilidade e frouxidão lamentáveis em sua política monetária. Em artigo para a revista *The Economist*, Klaus foi incisivo: “O sistema social da Europa ocidental está demasiadamente amarrado por regras e pelo controle social excessivo. O Estado de bem-estar, com todas as suas transferências de pagamentos generosos desligados de critérios, de esforços ou de méritos, destrói a moralidade básica do trabalho e o sentido de responsabilidade individual. Há excessiva proteção e burocracia. Deve-se dizer que a revolução thatcheriana, ou seja, anti-keynesiana ou liberal, parou – numa avaliação positiva – no meio do caminho na Europa ocidental e é preciso completá-la”. Bem entendido, esse tipo de extremismo neoliberal, por influente que seja nos países pós-comunistas, também desencadeou uma reação popular, como se pôde ver nas últimas eleições na Polônia, na Hungria e na Lituânia, onde partidos ex-comunistas ganharam e agora governam de novo seus países. Mas, na prática, suas políticas no governo não se distinguem muito daquela de seus adversários declaradamente neoliberais. A deflação, a desmontagem de serviços públicos, as privatizações de

empresas, o crescimento de capital corrupto e a polarização social seguem, um pouco menos rapidamente, porém com o mesmo rumo. A analogia com o euro-socialismo do sul da Europa é evidente. Em ambos os casos há uma variante mansa – pelo menos no discurso, senão sempre nas ações – de um paradigma neoliberal comum na direita e na esquerda oficial. O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação sócio-econômica gigantesca, que vai perdurar por décadas.

O impacto do triunfo neoliberal no leste europeu tardou a ser sentido em outras partes do globo, particularmente, pode-se dizer, aqui na América Latina, que hoje em dia se converte na terceira grande cena de experimentações neoliberais. De fato, ainda que em seu conjunto tenha chegado a hora das privatizações massivas, depois dos países da OCDE e da antiga União Soviética, genealogicamente este continente foi testemunha da primeira experiência neoliberal sistemática do mundo. Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra. No Chile, naturalmente, a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que austríaca. Friedman, e não Hayek, como era de se esperar nas Américas. Mas é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, e que sempre existiram excelentes relações entre os dois regimes nos anos 80. O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. Mas a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava

Hayek, [podiam] facilmente [tomar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse.] Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios. Mas esta admiração foi realmente merecida, dado que – à diferença das economias de capitalismo avançado sob os regimes neoliberais dos anos 80 – a economia chilena cresceu a um ritmo bastante rápido sob o regime de Pinochet, como segue fazendo com a continuidade da política econômica dos governos pós-Pinochet dos últimos anos.

Se o Chile, nesse sentido, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente, a América Latina também proveu a experiência-piloto para o neoliberalismo do Oriente pós-soviético. Aqui me refiro, bem entendido, à [Bolívia] onde, [em 1985] Jeffrey Sachs já aperfeiçoou seu tratamento de choque, mais tarde aplicado na Polônia e na Rússia, mas preparado originariamente para o governo do general Banzer, depois aplicado imperturbavelmente por Victor Paz Estenssoro, quando surpreendentemente este último foi eleito presidente, em vez de Banzer. Na Bolívia, no fundo da experiência [não havia necessidade de quebrar um movimento operário poderoso, como no Chile, mas parar a hiperinflação.] E o regime que adotou o plano de Sachs não era nenhuma ditadura, mas o herdeiro do partido populista que havia feito a revolução social de 1952. [Em outras palavras, a América Latina também iniciou a variante neoliberal “progressista”, mais tarde difundida no sul da Europa, nos anos de euro-socialismo. Mas o Chile e a Bolívia eram experiências isoladas até o final dos anos 80.]

A virada continental em direção ao neoliberalismo não [começou antes da [presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada ao poder de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Pérez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90.] Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fuji-

mori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes.

Das quatro experiências viáveis desta década, podemos dizer que três registraram [êxitos impressionantes a curto prazo – México, Argentina e Peru – e uma fracassou: Venezuela.] A diferença é significativa. A condição política da deflação, da desregulamentação, do desemprego, da privatização das economias mexicana, argentina e peruana foi uma [concentração de poder executivo formidável: algo que sempre existiu no México, um regime de partido único, com efeito, mas Menem e Fujimori tiveram de inovar na Argentina e no Peru com uma legislação de emergência, autogolpes e reforma da Constituição. Esta dose de autoritarismo político não foi factível na Venezuela] com sua democracia partidária mais contínua e sólida do que em qualquer outro país da América do Sul, o único a escapar de ditaduras militares e de regimes oligárquicos desde os anos 50. Daí o colapso da segunda presidência de Carlos Andrés.

Mas seria arriscado concluir que somente regimes autoritários podem impor com êxito políticas neoliberais [na América Latina.] A Bolívia, onde todos os governos eleitos depois de 1985, tanto de Paz Zamora, quanto de Sanchez Losada, continuaram com a mesma linha, está aí para comprovar o oposto. A lição que fica da longa experiência boliviana é esta: [há um equivalente funcional ao trauma da ditadura militar como mecanismo para induzir democrática e não coercitivamente um povo a aceitar políticas neoliberais das mais drásticas. Este equivalente é a hiperinflação.] Suas conseqüências são muito parecidas. Recordo-me de uma conversa que tive no Rio de Janeiro, em 1987, quando era consultor de uma equipe do Banco Mundial e fazia uma análise comparativa de cerca de 24 países do Sul, no que tocava a políticas econômicas. Um amigo neoliberal da equipe, sumamente inteligente, economista destacado, grande admirador da experiência chilena sob o regime de Pinochet, confiou-me que o problema crítico no Brasil durante a presidência de Sarney não era uma taxa de inflação demasiado alta – como a maioria dos funcioná-

rios do Banco Mundial tolamente acreditava –, mas uma taxa de inflação demasiado baixa. “Esperemos que os diques se rompam”, ele disse, “precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar a medicina deflacionária drástica que falta neste país”. Depois, como sabemos, a hiperinflação chegou ao Brasil, e as conseqüências prometem ou ameaçam – como se queira – confirmar a sagacidade deste neoliberal indiano.

A pergunta que está aberta é se o neoliberalismo encontrará mais ou menos resistência à implementação duradoura dos seus projetos aqui na América Latina do que na Europa ocidental ou na antiga União Soviética. Seria o populismo – ou obreirismo – latino-americano um obstáculo mais fácil ou mais difícil para a realização dos planos neoliberais do que a social-democracia reformista ou o comunismo? Não vou entrar nesta questão, uma vez que outros aqui podem julgar melhor do que eu. Sem dúvida, a resposta vai depender também do destino do neoliberalismo fora da América Latina, onde continua avançando em terras até agora intocadas por sua influência. Atualmente, na Ásia, por exemplo, a economia da Índia começa, pela primeira vez, a ser adaptada ao paradigma liberal, e até mesmo o Japão não está totalmente imune às pressões norte-americanas para abolir regras.

A região do capitalismo mundial que apresenta mais êxitos nos últimos 20 anos é também a menos neoliberal, ou seja, as economias do extremo oriente – Japão, Coréia, Formosa, Cingapura, Malásia. Por quanto tempo estes países permanecerão fora da esfera de influência do neoliberalismo? Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado.

Nesse sentido, qualquer balanço atual do neoliberalismo só pode ser provisório. Este é um movimento ainda inacabado. Por enquanto, porém, é possível dar um veredicto acerca de sua atuação durante quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, a

única área onde seus frutos parecem, podemos dizer assim, maduros. Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberal hoje. Este fenômeno chama-se hegemonia, ainda que, naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes. A tarefa de seus opositores é a de oferecer outras receitas e preparar outros regimes. Apenas não há como prever quando ou onde vão surgir. Historicamente, o momento de virada de uma onda é uma surpresa.



## Neoliberalismo à brasileira

Francisco de Oliveira

Meus comentários à conferência do professor Perry Anderson vão consistir numa *petite histoire* do neoliberalismo brasileiro, procurando ensejar comparações no marco de sua exposição e, se ele assentir, buscando uma réplica que, por sua vez, comente o neoliberalismo à brasileira. Entendo que, na qualidade de estrangeiro e convidado, talvez ele não aceite a provocação, conhecendo-se a elegância da discricção britânica.

Temos o costume de avacalhar nossas próprias experiências, posto que há sempre, em cada um de nós, esse complexo de inferioridade que nos foi injetado por um trabalho ideológico de longa duração. Por isso, como somos tentados a rir antes que a refletir, o neoliberalismo brasileiro é avacalhado, tratado ironicamente, com o que diminuimos sua dose de letalidade.

Durante a ditadura, os dirigentes da economia eram todos “liberais”, entre aspas porque o liberal brasileiro tem sempre por trás de si um rancoroso autoritário. Isso vai longe na história nacional, pois, como nos mostrou Roberto Schwarz em sua interpretação da obra de Machado de Assis, o lugar ideal era o escravismo, enquanto o irreal, isto é, a retórica, era liberal.

Hoje, podemos ler, uma vez por semana, na *Folha de S. Paulo*, o mago do “milagre brasileiro”, ex-Santo Antonio Delfim de Versailles, freqüentemente invectivando as posições oficiais, criticando a adoração do bezerro de ouro do mercado, marca típica do neoliberalismo. Mas a verdade é que foi a ditadura que começou o processo

de dilapidação do Estado brasileiro, que prosseguiu sem interrupções no mandato “democrático” de José Sarney.]

Essa dilapidação propiciou o clima para que a ideologia neoliberal, então já avassaladora nos países desenvolvidos, encontrasse terreno fértil para uma pregação anti-social. Aqui no Brasil, não apenas pelos reclamos antiestatais (na verdade anti-sociais) da grande burguesia, mas sobretudo pelos reclamos do povão, para o qual o arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar, ainda que de cabeça para baixo, tinha falhado completamente.]

A eleição de Collor deu-se nesse clima, no terreno fértil onde a dilapidação do Estado preparou o terreno para um desespero popular, que via no Estado desperdiçador, que Collor simbolizou com os marajás, o bode expiatório da má distribuição de renda, da situação depredada da saúde, da educação e de todas as políticas sociais. Foi esse voto de desespero que elegeu o Bismarck das Alagoas.

Então, surgiu o neoliberalismo à brasileira.] Sempre avacalhado e avacalhador: em vez da austeridade britânica — um tanto desmentida, hoje, pelos escândalos da monarquia, *hélas!* — a Casa da Dinda, uma farsa grotesca, florestas amazônicas em pleno cerrado. Mas esse neoliberalismo sempre foi mal estudado entre nós, sempre foi atenuado por nossa própria ironia e capacidade de não levar a sério o que deve ser levado muito a sério.

Paradoxalmente, entretanto, durante a última década, que chamamos a “década perdida”, a sociedade civil no Brasil mostrou uma extraordinária vitalidade. Estou usando “sociedade civil” no sentido gramsciano, que exclui o mercado. Ao contrário do pessimismo de uma teoria política economicista, que associa queda na taxa de crescimento econômica a apatia e estados de anomia, à desorganização social enfim, a sociedade mostrou uma extraordinária capacidade de responder ao ataque neoliberal, organizando-se. Não nos esqueçamos de que nesta década foram construídas as três grandes centrais de trabalhadores, com diferenças programáticas e ideológicas, sem dúvida, mas num movimento totalmente contrário àquilo que o pessimismo indicava como sendo o roteiro da derrota da sociedade.

O *impeachment* de Collor, que a muitos pareceu epidérmico, indicou este estado de avanço das organizações da sociedade

civil, ao qual se seguiu a CPI dos anões; enfim, não seria muito difícil encontrar exemplos de formas mediante as quais, na contra-mão do movimento descensional da economia, houve setores e houve lugares onde a organização da sociedade estava dando respostas à desorganização e à dilapidação do Estado. Sem que com isto possamos afirmar, num assomo de ingenuidade, que as condições de vida estavam igualmente melhorando. Mas a sociedade, através de suas organizações mais potentes, conseguiu dar respostas e barrar, pelo menos, o avanço neoliberal, que com Collor havia tomado nitidamente a ofensiva, prometendo seu auge e apogeu para muito breve.

Hoje, entretanto, a situação é gravemente diversa. De novo, a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal e ela progride. Acompanhamos as peripécias do governo Itamar até a posse do senador Fernando Henrique Cardoso no Ministério da Fazenda, preparando a URV, forma pedagógica de incutir a desesperança nas formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas, que lutaram contra o projeto neoliberal, para uma nova investida neoliberal. Em excelente artigo em *O Estado de S. Paulo*, Wanderley Guilherme dos Santos mostrou como o neoliberalismo, nessas condições de desespero, com taxas de inflação que chegaram a 50% às vésperas do Plano Real, torna-se o equivalente à tirania.

O receituário do Plano pode ser reconhecido, quase ponto por ponto, em todas as características listadas exaustivamente pelo professor Perry Anderson. Sua letalidade entre nós tem duas poderosas facetas: a primeira é a mais evidente, pois, enquanto a economia se recupera, o social piora. Tal como nos países desenvolvidos, tal como nos “laboratórios” do rigor neoliberal: Bolívia, a ex-URSS, por exemplo.

Isso é fácil de reconhecer. Imediatamente os indicadores apontam para a dura realidade de um cotidiano em que o Estado brasileiro não tem mais nenhuma capacidade de regular nem o jogo do bicho, nem as brigas de galo, nem os créditos do BNDES. Entretanto, a letalidade maior do neoliberalismo entre nós vai noutra direção, ataca por outro lado. Ele é mutante, tal como o vírus da Aids.

Em primeiro lugar, para falar de forma utópica, ele ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros. O que não é uma coisa de menor importância. Ataca esse vigoroso movimento popular, que se reergueu e obrigou o governo a rever políticas. Metamorfoseia esse movimento de esperança num movimento derrotista. Destrói o princípio de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não tem memória. Os sintomas do conservadorismo social estão aí e podemos pinçá-los em alguns exemplos.

Em segundo lugar, o medo da mudança. O medo da reforma. O medo da experimentação. Há pesquisas em São Paulo que dizem que o povão pede que não se toque nos salários, posto que se acredita — depois de quase vinte anos de altíssima inflação — que os salários, seus aumentos, são a causa da inflação. O “xerife” Romeu Tuma já empatou com José Serra na disputa pelo Senado em São Paulo. Apesar de todo o esforço de Serra para parecer neoliberal, Tuma está dando um banho no deputado paulista. Isto é um sinal de conservadorismo, de corrida para a segurança, mandando para o Senado o policial mais conhecido do país.

Na entrevista que o presidente da General Motors do Brasil deu recentemente, ao tratar da localização da nova fábrica da empresa, explicitamente ele mandou o recado: a fábrica não será em São Paulo, nem em São Caetano, tampouco em São Bernardo e muito menos em São José dos Campos. Ela irá para uma cidade do interior de Minas, porque lá não tem sindicato. A arrogância da grande burguesia num encontro justamente chamado Decola Brasil, para apoiar a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, mostrou-se por inteiro: ali correram “fichas” de inscrição no PT em que candidatos a entrarem neste partido assim se qualificavam: gay, homossexual, negro, nordestino, bicha, analfabeto, drogado, maconheiro, catador de lixo, etc. Escancaradamente, a ficha ideológica que resulta dessas “qualidades” não é a dos que simuladamente entravam no PT, mas a da própria burguesia brasileira: seu atraso cultural, seu preconceito, seu ódio ao povo.

A intervenção do ministro Ciro Gomes, impedindo o acordo que as montadoras de automóveis realizavam com os sindicatos da categoria, foi bem interpretada pela imprensa: a matéria de

hoje no *Jornal do Brasil*, daqui do Rio, lembra o quê? Exatamente algo que o professor Perry Anderson conhece de sobra e pode explicar: lembra a queda-de-braço entre o governo Thatcher e o sindicato dos mineiros ingleses. Durante um ano o sindicato sustentou, milagrosamente, uma greve duríssima, e a “dama de ferro” aproveitou as condições para jogar a população contra o sindicato, e em seguida procedeu à privatização das minas de carvão. A intervenção de Ciro Gomes vai na mesma direção: o recado é para as montadoras endurecerem o jogo com os sindicatos, que o governo bancará a aposta.

Os objetivos são os mesmos, lá e cá. Trata-se de destruir a capacidade de luta e de organização que uma parte importante do sindicalismo brasileiro mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil.

Eu acho que, sem exagerar, o que está em jogo aqui nestas eleições se flagra nos códigos dos candidatos, nas siglas partidárias; o que está em jogo é a tirania neoliberal, cujas consequências sociais já veremos; mas, principalmente, seu risco maior é o de legitimar uma enorme onda conservadora. A aura de progressistas com que uma parte dos intelectuais se vestia no Brasil, que já os incomodava, pode, agora, ser jogada fora. Aqui, para explicar a dessolidarização desses intelectuais para com as causas populares não se necessita mais que o materialismo vulgar: eles têm quatro carros na garagem. A candidatura do senador Fernando Henrique Cardoso legitimou a direitização dessa intelectualidade. Essa perda não é sem importância para os movimentos populares, num país com as desigualdades que o Brasil tem. Pois não há verdadeira mudança social sem pensamento progressista.

Eu não queria passar a impressão de um “Apocalypse Now”. Mas que já sentimos o cheiro ou a catimba de enxofre no ar, ah!, basta ter olfato.

## *Repensando o balanço do neoliberalismo*

*José Paulo Netto*

Quero começar também como o professor Francisco de Oliveira, observando que a intervenção do professor Perry Anderson, enquanto balanço global do neoliberalismo, me parece impecável e não creio que haja qualquer outro elemento substantivo a acrescentar a ela.

No entanto, suponho que seja útil, tanto para eventualmente ouvirmos mais sobre a posição do professor Anderson quanto para estimular o debate, enfatizar o que ele expressou no fecho de sua conferência, a saber: a tarefa dos opositores do neoliberalismo não consiste apenas em criticá-lo, mas, sobretudo, em oferecer alternativas a ele. Julgo que há uma unanimidade em torno deste ponto e me atreveria a dizer que, nesta mesa, todos pensamos deste modo.

Contudo, se o “x” da questão está em oferecer alternativas positivas ao neoliberalismo, parece-me absolutamente fundamental uma análise cuidadosa dos êxitos da ofensiva neoliberal e da sua causalidade. Se, no plano das constatações, no plano do balanço do neoliberalismo em escala planetária — tal como ele aparece na excelente exposição do professor —, estamos todos de acordo, penso que é preciso ir mais longe: é preciso esclarecer por que a proposta neoliberal, nos seus vários matizes, tem encontrado legitimação por via democrática. Sem esta clarificação, não será viável desenvolver alternativas a ela.

Estou inteiramente de acordo com a opinião do professor Anderson, exarada na segunda parte da sua intervenção, de acor-

do com a qual o colapso do “socialismo real”, do “modelo soviético”, foi extremamente importante para um revigoramento da ofensiva neoliberal. Entretanto, penso que será preciso pesquisar com bastante cuidado (e creio que este tipo de investigação ainda permanece num estado embrionário) as causas concretas que levaram à derrocada do movimento operário tradicional e da luta sindical, especificamente na Europa ocidental. Não creio que esta última tenha com aquele uma relação direta e simétrica.

Entendo que, neste último fenômeno, incidam mudanças culturais significativas — a “dessindicalização” a que hoje assistimos não responde apenas a um processo estritamente econômico. O afluxo, ao mercado de trabalho, de um novo tipo de trabalhador condicionou substancialmente a perda de força e vigor do movimento sindical tradicional. Tais mudanças culturais têm muito a ver com mudanças relevantes na estrutura de classe dos países euro-ocidentais e mesmo dos Estados Unidos da América. Quero somente sinalizar, aqui, que desde os anos sessenta (recorde-se o emblema parisiense de maio de 68 e suas outras expressões, seja no movimento operário italiano, seja nos *campi* universitários americanos) ocorreram mudanças ponderáveis no perfil das camadas trabalhadoras do capitalismo avançado, que repercutiram efetivamente na estrutura de classes.

Sem um cuidadoso trabalho analítico sobre as mudanças ocorridas e as em processo hoje torna-se muito difícil explicar, por exemplo, a vulnerabilidade de um movimento operário que desde o pré-guerra fez conquistas notáveis (basta lembrar a Frente Popular francesa da segunda metade dos anos trinta). Por isto, eu diria que cabe pesquisar as mudanças culturais que vulnerabilizaram este movimento, vinculando-se à pesquisa do que se processou na estrutura de classes dos países capitalistas.

Elemento central para captar a profundidade e a magnitude dessas modificações em nível planetário é questionar as novas formas de organização do capital. Nesta mesa há participantes mais competentes do que eu para tematizar esta questão axial, mas não quero me esquivar a mencionar o que me parece um grave equívoco, que tem encontrado grande audiência nos meios intelectuais, especialmente acadêmicos: as teses acerca do “capitalismo desorgani-

zado”. Penso, ao contrário, que o capitalismo nunca esteve tão organizado quanto atualmente, com uma insuspeitada capacidade de se refuncionalizar e de responder rapidamente a novas demandas. Tudo indica que este processo de reconversão do capitalismo em escala planetária é um componente fulcral para a análise da vulnerabilidade de instituições que foram decisivas na constituição e na manutenção do chamado Estado de bem-estar social.

Em meu juízo, estas questões são preliminares às possibilidades de oferecer alternativas positivas ao neoliberalismo — se não ao preço de descairmos em devaneios utópicos. Em síntese: o primeiro passo para encontrar alternativas que beneficiem a massa dos trabalhadores consiste numa análise suficiente do que conduziu ao êxito da ofensiva neoliberal.

Aspecto significativo da intervenção do professor Anderson, no balanço global que faz do neoliberalismo, é a afirmação do seu fracasso econômico, ou seja, as políticas neoliberais não foram capazes de reanimar a dinâmica do capitalismo. O professor Anderson aponta que aqueles países onde o nível do desenvolvimento econômico tem-se mantido são os menos neoliberais. Ora, esta não é uma questão adjetiva; antes, eu diria que se trata de uma questão central. Dela deriva o seguinte problema: até que ponto as propostas neoliberais podem continuar tendo passagem politicamente democrática, na medida em que deterioram a vida da massa da população?

Penso que há um limite para esta legitimação democrática; aqui, não há uma elasticidade *ad infinitum* — vale dizer: a legitimação democrática do neoliberalismo possui fronteiras. Quanto a isto, gostaria de ouvir algo mais do professor Anderson, pois tive a impressão (que pode ser um equívoco de minha parte) de que ele prevê uma longa vida para a ofensiva neoliberal.

Neste aspecto, no que me toca, eu seria mais cauteloso: diria que há claros sinais (alguns deles tangenciados na intervenção do próprio professor Anderson) que sugerem que a ofensiva neoliberal, embora seja uma empreitada de largo curso histórico, vai defrontar-se, progressivamente, com obstáculos crescentes.

Não posso deter-me, aqui, na análise desses obstáculos. Mas assinalaria, em primeiro lugar, que há limites objetivos no

que poderíamos designar como “capacidade de tolerância” das massas à degradação das suas condições de vida. Depois, há outro dado, posto mesmo pelo professor Anderson: o êxito, alcançado pelas políticas neoliberais, em incrementar, no plano social, uma crescente desigualdade. Ora, esta desigualdade não vem despida de uma corte de seqüelas. Ao contrário: ela emerge com — eu me atrevera a dizer — corolários quase inevitáveis, uma série de traços ideológico-culturais que eu não hesitaria em qualificar, mesmo grosseiramente, de cloaca da cultura contemporânea: a xenofobia, os particularismos, as hostilidades étnicas. Não é por acaso que a emersão e a vigência da ofensiva neoliberal coincidem com aquilo que muitos de nós julgávamos superado na cultura ocidental. Para dizer de forma sintética: a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária. Penso que há um limite, pelos padrões civilizacionais já alcançados, para a instauração dessa barbárie na vida cotidiana de grandes massas (especialmente grandes agregados urbanos).

Neste sentido, mesmo sem sugerir que a ofensiva neoliberal esteja com seus dias contados, eu diria que ela se defronta com tamanhas tensões e contradições, choca-se tão frontalmente com certos valores culturais hoje incorporados por grandes massas de cidadãos, que me parece pouco provável que tenha uma larga vigência histórica.

Gostaria também de aduzir uma observação lateral acerca das condições favorecedoras de propostas neoliberais em contextos como o da América Latina. Com muita argúcia, o professor Anderson apontou que uma conjuntura hiperinflacionária fornece o caldo-de-cultura adequado para o avanço neoliberal e, quanto a isto, o exemplo boliviano, citado por ele, é eloqüente. Penso, todavia, que um outro elemento significativo pode estar presente, e creio que é a desesperança, aludida pelo professor Francisco de Oliveira. Não sei se a desesperança é, exatamente, uma resultante da ação neoliberal — talvez seja —, mas, certamente, ela é um componente favorecedor da programática neoliberal. É-o na exata medida em que, no Cone Sul, como a derrota das ditaduras burguesas não implicou, para além da liberdade política, a efetiva melhoria dos níveis de vida da população, a democracia pode ser

percebida pelas massas como meramente adjetiva e, portanto, reduz-se à imantação de movimentos significativos de defesa de padrões de convivência democrática. Assim, concordando com a idéia de que a hiperinflação constitui um caldo-de-cultura que favorece o avanço neoliberal, acrescentaria que [a instauração democrática da última década] na medida em que não se reverteu — e, quanto a isto, a situação do [Brasil] me parece ilustrativa — efetivamente em [melhoria das condições de vida da massa da população], engendrou um desalento, uma desqualificação, uma desesperança tais, em face da ação política e dos espaços públicos, que acabam por ser funcionais às propostas neoliberais.

Há algum tempo, não muito, quando participava de debates como o que travaremos aqui, assaltava-me a sensação de que estava a ler ao contrário a abertura do Manifesto do Partido Comunista — ou seja, eu tinha a impressão de que o fantasma que batia à porta era o do capitalismo. Quase no meio da década de noventa, parece que não se trata mais de fantasma: o capitalismo, revigorado pelo neoliberalismo, dá a impressão de estar mais vivo do que nunca. Nem por isto, porém, eu penso que a partida esteja encerrada. Recuso-me a crer — e atenção: não por um ato de fé ou por principismo, mas pela convicção teórica e prática, fundada no que sabemos acerca da história dos homens —, recuso-me a crer que este quadro de aparente “fim da história”, dessa hegemonia neoliberal seja algo definitivamente duradouro. Estou convencido — teórica e praticamente — de que há tendências objetivas que põem em xeque a possibilidade de um grande futuro para o neoliberalismo.

Finalmente, uma observação sobre o Brasil. A observação será breve porque subscrevo o que o professor Francisco de Oliveira disse acerca da nossa conjuntura. Quero apenas acrescentar que há algo que me parece peculiar no processo eleitoral em curso que o distingue das plataformas com que os neoliberais se apresentaram, por exemplo, na Europa. Lá, os neoliberais explicitaram, nas suas campanhas, exatamente o que fariam — a Megeira de Ferro, a sra. Thatcher, apresentou aos seus eleitores, com clareza, o que implementaria no governo. Não é isto a que estamos assistindo — aqui, há um nítido elemento de mistificação: o

“príncipe dos sociólogos brasileiros” prega e anuncia mudanças político-constitucionais (incidindo na tributação, no sistema previdenciário, etc.), mas não esclarece minimamente o efetivo conteúdo dessas mudanças. Nós sabemos em que elas consistirão — basta verificar o tipo de apoio que este candidato vem recebendo para ter clareza acerca da direção em que as operará. De fato, há aqui um claro elemento de mistificação e cinismo — e denunciá-lo é denunciar a forma como a grande burguesia faz política entre nós: quando não joga no golpe, quando joga na legitimação política por via eleitoral, fá-lo através da mistificação e do cinismo.

Para terminar, quero também assinalar a minha concordância com a observação do professor Francisco de Oliveira, quando constata que boa parte dos intelectuais está aproveitando-se da conjuntura para “tirar da testa o estigma de esquerda e do progressismo”. Isto me parece absolutamente verdadeiro; entre nós, mais do que nunca, a traição dos intelectuais — para recorrer a uma velha frase — revela-se patente. A todo instante, vemos figuras desdizendo hoje o que afirmavam ontem, e certamente as veremos desdizer amanhã as suas verdades de agora. O que me assombra, porém, não é este insuspeitado camaleonismo; o que me assombra é o fato de não constatar, entre os intelectuais, nenhum sentimento de indignação ou repulsa diante desse enorme processo de capitulação. Em nome da tolerância, ele é tomado como um dado, e qualquer questionamento é acoimado de “patulhamento”. Penso que é absolutamente necessário, no plano das idéias, distinguir entre tolerância e complacência. Esta última foi sempre um útil aliado das ditaduras, fardadas ou não.

1cc

## *A hegemonia neoliberal na América Latina*

*Emir Sader*

O neoliberalismo na América Latina — como na Europa — é filho da crise fiscal do Estado. Seu surgimento está delimitado pelo esgotamento do Estado de bem-estar social — onde ele chegou a se configurar — e, principalmente, da industrialização substitutiva de importações, ao estilo da CEPAL. A “crise da dívida” apenas acentuou os traços dessa crise de direção do processo de acumulação de capital, desdobrada ao longo da “década perdida”.

Cada país retomou uma versão do neoliberalismo, conforme as heranças deixadas pelos modelos hegemônicos anteriores. O Brasil, o país que saiu na frente na readequação de sua economia quando o processo de industrialização começava a dar sinais de cansaço, com o golpe militar de 1964 e sua política de choque e de reconversão econômica, pôde beneficiar-se dessa virada precoce.

Assim, a economia brasileira readequou-se, retomou um alto nível de crescimento e pôde responder de maneira muito mais ágil à passagem do capitalismo mundial a seu longo ciclo de caráter recessivo a partir dos anos 70. A ditadura militar não se caracterizou — como se sabe — por políticas econômicas liberais, ao contrário, incentivando fortemente, no entanto, a acumulação privada, nacional e estrangeira, apoiada num capitalismo de Estado a serviço desses setores do mercado.

A crise da dívida não poupou o Brasil, porque a continuidade de seu crescimento, ao longo dos anos 70 e 80, se deu à base de empréstimos externos a juros flutuantes, assim como a enco-

mendas do Estado. A bomba de tempo teria de explodir, como efetivamente ocorreu. Ao longo dos anos 80, a economia brasileira viveu processos de acomodamento, com a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente desembocou no neoliberalismo, iniciado no final da década, ainda no governo Sarney.

Um neoliberalismo que não podia contar com as soluções de força — como o chileno, com Pinochet — e ainda tinha de enfrentar-se com uma forte burguesia industrial protegida pelo Estado e com um movimento social e político de esquerda com capacidade de resistência superior ao dos outros países da região. Daí a particularidade da versão brasileira do neoliberalismo, seu caráter matizado.

Ao contrário do Chile e da Argentina, onde a derrota da esquerda e do movimento popular estava mais próxima, sem tempo histórico para a reconstrução, e onde o neoliberalismo se impôs sobre o cadáver dessa derrota, a temporalidade específica da história recente do Brasil difere um pouco. A distância maior em relação ao golpe, o período de expansão econômica ocorrido ao longo dos anos 60 e 70, com a conseqüente renovacão e fortalecimento social e político das classes subalternas, gerou uma correlação de forças menos desfavorável a estas e menos propícia para a imposição pura e simples do neoliberalismo.

O período de lua-de-mel do neoliberalismo na América Latina teve no Chile, na Bolívia, no México e na Argentina seus campos privilegiados de experimento. Confirmando a avaliação geral feita por Perry Anderson, os sucessos ideológicos e políticos do neoliberalismo também entre nós são visivelmente maiores do que os êxitos econômicos. No entanto, a agudeza maior da crise econômica — especialmente da crise fiscal do Estado, refletida na inflação, como resultado de um forte conflito distributivo — propiciou um sucesso maior ao controle da inflação, produzindo efeitos ideológicos e políticos mais fortes a partir da diminuição brusca e espetacular de processos hiperinflacionários desatados ou em curso.

Uma vez obtidos esses sucessos, consolidados em vitórias políticas e inscrições da nova correlação de forças no plano institucional, o elã neoliberal começou a perder impulso, a entrar numa espécie de crise dos sete anos. Os déficits nas balanças comerciais, nas balanças de pagamento, a desindustrialização, os

desequilíbrios sociais, com taxas altas de desemprego, as clivagens sociais aprofundadas, as instabilidades provenientes da ampla abertura ao mercado internacional foram refletindo esse novo período.

A partir desse momento, as debilidades econômicas, políticas e ideológicas da esquerda e do movimento popular passaram a contar mais do que a força própria do neoliberalismo para a perpetuação da hegemonia deste. Claro é o caso do combate à inflação. Como classicamente o tema antiinflacionário pertenceu à direita, que tratou de atacá-lo com amargos remédios recessivos, com suas seqüelas de desemprego, arrocho salarial, a esquerda minimizou a questão. Mesmo quando, consolidada a hegemonia do capital financeiro, ao longo da década de 80, as sociedades afetadas por processos hiperinflacionários latentes ou reais tendiam a dividir-se entre os que podiam defender-se minimamente do desgaste diário da moeda e os que eram vítimas cotidianas dele, a esquerda soube formular uma política antiinflacionária própria.

Como resultado, as próprias elites, provocadoras dos processos inflacionários com suas dinâmicas especulativas, aproveitaram-se delas e fazem, mais uma vez, com que as classes subalternas paguem o preço das políticas antiinflacionárias. Desta vez, mediante triunfos eleitorais e debilitamento do Estado, em suas ações reguladoras e redistributivas.

O neoliberalismo sobrevive a si mesmo pela incapacidade da esquerda, até aqui, em construir formas hegemônicas alternativas para sua superação. Que articulem a crise fiscal do Estado com um projeto de socialização do poder, que desarticule ao mesmo tempo as bases de legitimação do neoliberalismo, entre as quais se situa, prioritariamente, a passividade, a despolitização, a desagregação social.

No Brasil, o neoliberalismo joga sua cartada mais importante, provavelmente decisiva para seu futuro no continente. Contando com as experiências positivas e negativas da Argentina e do México, a coalizão neoliberal brasileira buscará formas heterodoxas de imposição, em meio a alianças com as elites e a direita política, tentando provar que, sem essas forças, qualquer transformação do país é impossível. Resta saber se, sem a derrota dessas forças, qualquer reforma não se reduzirá a um gatopardismo.